



ISTO ANDA TUDO LIGADO

Como guiará Donald Trump a política económica e as relações externas dos Estados Unidos da América neste primeiro ano de mandato? De que modo evoluirá o processo de saída do Reino Unido da União Europeia? E que desfecho terão eleições em França, Alemanha, Holanda, Itália?

Vive-se hoje um clima de incerteza que está longe de criar a confiança necessária ao investimento, de que depende o crescimento económico e a criação de emprego e de riqueza.

Há uma expressão tornada popular que já deu título a um livro [de Eduardo Guerra Carneiro] e a uma canção [de Sérgio Godinho], mas que assenta igualmente na perfeição sobre a forma como o mundo globalizado funciona: “Isto anda tudo ligado”.

Ou seja, o comportamento da economia internacional, sujeito às dúvidas referidas, irá determinar o que vai passar-se neste país periférico, com elevadas dívidas pública e privada e amarrado aos humores dos mercados e do Banco Central Europeu para se financiar.

É verdade que apesar de muitas nuvens negras, existe alguma expectativa em torno da possível estabilização do sistema financeiro português. E olha-se igualmente com atenção para regresso do investimento público, apoiado por fundos comunitários. A nível interno, haverá, em todo o caso, a necessária estabilidade política, para que se consolide um caminho de retoma económica?

“Isto anda tudo ligado” e, precisamente por isso, é neste contexto carregado de dúvidas, quer no plano internacional, quer a nível interno, que terá de trabalhar o sector representado nesta 12.ª edição do In-Lex.

Há, apesar de tudo, algumas boas notícias da chamada advocacia de negócios - um mercado que funciona como uma espécie de barómetro da actividade económica. E a verdade é que os serviços jurídicos que de forma sustentada têm sido pedidos às sociedades de advogados - nas áreas de fusões e aquisições, do imobiliário, do turismo ou do apoio ao investimento - correspondem ao perfil de uma economia em fase de retoma.

RAUL VAZ

Director do Jornal de Negócios



TEMPO DE ORIENTAÇÃO

Gaivotas em terra, tempestade no mar. A sabedoria popular parece estar alinhada com a previsão dos analistas políticos para os tempos que se avizinham: vem aí tempestade! No que a efeitos diz respeito, as opiniões divergem entre o “depende” e o “talvez”, em parte por estarem calejados de um passado recente em que a adivinhação teria melhores resultados e pela dificuldade de análise de uma conjuntura externa muito complexa, sem precedentes e em permanente mutação, à velocidade de um *twitter*. Uma coisa é certa: a incerteza. Que *per si* já é uma tempestade.

O nosso Portugal, país pequeno e virado para o mar, sofre destas coisas. Qualquer tempestade vem cá parar. E esta não vai ser excepção. Estamos perante uma envolvente externa extremamente imprevisível, com uma enorme incerteza política, e são tantas as variáveis que se podem cruzar, que acabam por remeter para um plano secundário os factores económicos que, por sinal, até já começavam a dar um ar da sua graça.

Olhando para a última década concluímos que foram mais as intempéries do que a bonança, e também sabemos que qualquer constipação lá fora, facilmente se transforma em gripe cá dentro. Será que só nos resta a resignação? Nós conseguimos fazer mais, melhor e diferente. É preciso dinamizar a economia, trabalhar, inovar e acreditar. Que o digam as sociedades de advogados apresentadas nesta 12ª edição do In-Lex, que conhecem de perto os desafios do tecido empresarial português, seus clientes, que anseiam por uma estabilidade política, económica, financeira e legislativa - factores essenciais a um clima favorável ao investimento.

Temos bons exemplos que nos provam que mesmo nas tempestades conseguimos encontrar oportunidades. Com o mar bravo fecham-se as barras e os barcos recolhem às docas, mas eis que surge o homem novo a enfrentar Tempestades Perfeitas com uma prancha de surf e a colocar as ondas de Portugal no mapa do Mundo. Que se multipliquem exemplos destes e Portugal ficará mais forte. Haja condições e orientação! E em matéria de orientação jurídica, imprescindível nos dias de hoje, o tecido empresarial Português está bem suportado. Assim o demonstram as 141 sociedades de advogados representadas neste In-Lex 2017, preparadas para acompanhar os clientes nos desafios que se aproximam. Mais do que uma lista, é a bússola do sector. Aqui irá encontrar as coordenadas certas para a sua orientação jurídica.

JOÃO MOURA

Director da In-Lex

SUMÁRIO



CADERNO EDITORIAL

Editorial

Isto anda tudo ligado, Raul Vaz - Director do Jornal de Negócios

3 *Tempo de orientação, João Moura - Director da In-Lex*

O Retrato do Anuário

5 *Um sector internacionalizado e focado nos clientes*

Entrevista

6 *João Afonso Fialho - Presidente do Conselho Director da ASAP*

Mercado em 2017

12 *Incertezas quanto a Trump e "Brexit" preocupam sector dos serviços jurídicos*

Ordem dos Advogados

16 *Um virar de página com Guilherme Figueiredo?*

18 ÍNDICE ALFABÉTICO

SOCIEDADES DE ADVOGADOS

21 Capítulo I

38 Capítulo II

76 Capítulo III

94 Capítulo IV

110 ÍNDICE ÁREAS DE DIREITO

126 ÍNDICE LOCALIDADES

FICHA TÉCNICA

JORNAL DE NEGÓCIOS

PROPRIEDADE/EDITORIA: Cofina Media, S.A. | PRINCIPAL ACCIONISTA: Cofina, SGPS, S.A. (100%) | CAPITAL SOCIAL: € 22.523.420,40 | CONTRIBUINTE: 502 801 034 | C.R.C DE LISBOA: 502 801 034 | N° REGISTO ERC: 121571 | DEPÓSITO LEGAL: 120966/98 - ISSN 0874-1360

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Paulo Fernandes (Presidente), João Borges de Oliveira, Alda Delgado, Luís Santana | DIRECTORA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA: Alda Delgado | DIRECTOR ADJUNTO DE PRODUÇÃO: Avelino Soares | DIRECTOR DE INFORMÁTICA: Rui Taveira | DIRECTOR DE RECURSOS HUMANOS: Nuno Jerónimo | DIRECTORA DE MARKETING: Isabel Rodrigues | DIRECTOR DE CIRCULAÇÃO E ASSINATURAS: João Ferreira de Almeida | DIRECTORA DE RESEARCH: Ondina Lourenço

DIRECTOR: Raul Vaz | SUBDIRECTORES: André Veríssimo, Celso Filipe, Tiago Feire | ASSINATURAS: Florbela Mendes (Tel: +351 210 494 999; E-mail: assine@cofina.pt) | PUBLICIDADE - DIRECTOR COMERCIAL: Paulo Barata (paulobarata@cofina.pt) | DIRECTOR COMERCIAL ON-LINE: José Manuel Gomes (jmgomes@cofina.pt) | SEDE - REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E PUBLICIDADE: Rua Luciana Stegagno Picchio, nº 3, 1549-023 Lisboa, Portugal | Tel: +351 210 494 000; Fax: +351 210 493 145; E-mail: info@negocios.pt | IMPRESSÃO: Grafedisport - Impressão e Artes Gráficas, S.A - Rua Consiglieri Pedroso, nº 90, Casal de Santa Leopoldina, 2745-553 Queluz de Baixo | Tel: +351 214 353 850; Fax: +351 214 360 542 | DISTRIBUIÇÃO: Vasp - Distribuição de Publicações SA, Media Logística Parque, Quinta do Grajal, Venda Seca, 2739-511 Aigualva Cacém | Tel: + 351 214 337 000; Fax: +351 214 326 009
Estatuto editorial do negócios disponível em: www.negocios.pt

IN-LEX, MARKETING E PUBLICIDADE, LDA

DIRECTOR: João Moura | PROPRIEDADE: In-Lex, Marketing e Publicidade, Lda. | CONTRIBUINTE: 507 432 622 | C.R.C. DE LISBOA: 507 432 622 | ADMINISTRAÇÃO: Rua Actor Isidoro, 28-3º Dtº, 1900-019 Lisboa | Tel: +351 213 885 213; Fax: +351 210 192 698; E-mail: geral@in-lex.pt | CONCEPÇÃO GRÁFICA: Wonderland | DIRECÇÃO GRÁFICA: Ricardo Diogo | PAGINAÇÃO: Ana Bernardo | PERIODICIDADE: Anual | IMPRESSÃO: Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A - Estrada Consiglieri Pedroso, 90, Casal de Sta. Leopoldina, Queluz de Baixo, 2730-053 Barcarena | DEPÓSITO LEGAL: 323397/11

Os conteúdos informativos e imagens apresentados neste anuário são da inteira responsabilidade das sociedades de advogados participantes.

UM SECTOR INTERNACIONALIZADO E FOCADO NOS CLIENTES



■ É um universo que envolve profissionalmente mais de 5.100 pessoas e que centra parte importante da sua actividade no apoio às empresas. Prevalece a prestação de serviços nas áreas de Direito Comercial, Contencioso, Direito do Trabalho e Fiscal, e quase 40% das organizações asseguram apoio aos clientes fora de Portugal. Na grande maioria (72%) trabalham até 20 advogados, mas em oito das firmas representadas esse número ultrapassa os 100 e em três destas os 200. Os indicadores referidos espelham o mercado português dos serviços jurídicos e têm por base a informação facultada pelas 141 sociedades de advogados representadas na 12.ª edição do anuário deste sector. Este é o In-Lex 2017.

Na edição deste ano, o In-Lex volta a contar nas suas páginas e na sua edição online com uma representação que se estende a todo o país, incluindo as regiões autónomas dos Açores e da Madeira. Com espaços próprios ou através de parcerias, as 141 sociedades listadas nesta edição do Anuário, referenciam 227 escritórios em 32 localidades, onde 18 contam com escritórios sede. A actividade das firmas estende-se, contudo, além-fronteiras, numa lógica que visa assegurar a prestação de

serviços aos clientes em diferentes jurisdições internacionais. Através de presenças próprias, de parcerias ou integradas em networks, 31 sociedades têm presença no Brasil, 27 em Angola e 20 em Espanha. No “top 5” dos destinos de internacionalização, surgem ainda dois países africanos de expressão lusófona, no caso Moçambique (18 escritórios) e Cabo Verde (12).

Se considerarmos em conjunto as cidades de Pequim e Xangai e o território de Macau, a Republica Popular da China entra, com 18 sociedades, no grupo dos países onde maior número de firmas assegura o apoio aos seus clientes.

No cômputo geral, as principais sociedades de advogados que trabalham no mercado português estão presentes ou têm capacidade para se fazerem representar num conjunto de 70 países espalhados pela Europa, África, América, Ásia e Oceânia.

RECURSOS HUMANOS E SERVIÇOS

As 141 sociedades presentes neste In-Lex 2017 congregam um total de 3.579 advogados, dos quais 761 são sócios. No conjunto, contam

com mais de 650 advogados-estagiários e com 303 consultores. Têm ainda ao serviço 1.221 colaboradores de outras profissões não jurídicas, nomeadamente nas áreas de secretariado, de marketing, de comunicação ou dos sistemas informáticos.

Quase metade (46%) destas firmas têm equipas com um número de advogados inferior a 10, enquanto 26% não ultrapassa as duas dezenas. Os valores em causa demonstram que a grande maioria destas estruturas societárias (102) são de pequena dimensão, o que vem confirmar anteriores estudos da própria Ordem dos Advogados quanto às características das organizações que estão no mercado português neste sector específico.

Ao nível da dimensão das equipas, apenas oito das firmas de advocacia presentes neste anuário têm mais de 100 advogados, das quais três com mais de 200, e outras cinco com 70 a 100 advogados. Se nos concentrarmos apenas nas 10 maiores sociedades representadas, estas congregam só por si 1.567 advogados (44% do universo total do In-Lex 2017), dos quais 236 são sócios (31% do universo total). Têm ainda 85 consultores, cerca de 300 advogados estagiários e mais de 600 colaboradores noutros domínios profissionais que não a advocacia.

Já no que diz respeito ao tipo de serviços que globalmente oferecem as 141 sociedades aqui em análise, a área de prática mais comum é a de Direito Comercial - que contempla o Corporate Governance, Direito da Distribuição, Direito Societário, Direito Comercial, Reestruturação de empresas e Franchising -, já que 92% asseguram apoio aos respectivos clientes neste campo específico.

Nesta dimensão, são também áreas em destaque, por serem asseguradas por mais de metade das firmas representadas, o Contencioso (78% das firmas asseguram apoio a este nível), o Direito do Trabalho (72%) ou o Direito Fiscal (59%). Sinal de alguma retoma económica, o Direito Imobiliário (49%) surge igualmente entre os campos de trabalho jurídico mais disponibilizado pelas diferentes sociedades de advogados. ■

ENTREVISTA - JOÃO AFONSO FIALHO, PRESIDENTE DO CONSELHO DIRECTOR DA ASAP

“NOS ÚLTIMOS NOVE ANOS, A ORDEM ESTEVE DE COSTAS VOLTADAS PARA AS SOCIEDADES DE ADVOGADOS”



■ É um tempo novo, de diálogo, aquele que João Afonso Fialho, presidente do Conselho Director da Associação das Sociedades de Advogados de Portugal (ASAP), espera com chegada de Guilherme Figueiredo a bastonário. Isto depois de nos últimos nove anos, afirma, não ter havido claramente diálogo entre a Ordem dos Advogados e o sector da advocacia organizado em regime societário. Em jeito de balanço a um mandato que termina no final de Fevereiro, o líder da ASAP admite que alguns dos seus projectos ficaram por concretizar, embora saliente que “apesar dos constrangimentos”, fica trabalho feito, tendo

sido possível, nomeadamente, “que passasse a haver uma maior intervenção das sociedades na vida da associação”.

“Nos últimos nove anos, a Ordem esteve de costas voltadas para as sociedades de advogados. Não houve claramente diálogo e fizemos eco dessa realidade sempre que considerámos pertinente”, afirma João Afonso Fialho. Contudo, adianta, “estamos perante uma mudança de página, e o mais importante é aquilo que o actual bastonário da Ordem dos Advogados se propõe fazer”. Do diálogo já mantido e das declarações públicas de Guilherme Figueiredo, ...

“NOS ÚLTIMOS NOVE ANOS, A ORDEM ESTEVE DE COSTAS VOLTADAS PARA AS SOCIEDADES DE ADVOGADOS. NÃO HOUVE CLARAMENTE DIÁLOGO E FIZEMOS ECO DESSA REALIDADE SEMPRE QUE CONSIDERÁMOS PERTINENTE”



ROLEX

O YACHT-MASTER

Relógio emblemático que incorpora uma herança náutica que remonta aos anos 1950.

Mais do que contar o tempo, conta a história.



OYSTER PERPETUAL YACHT-MASTER 40



MARCOLINO

SINCE 1926

PORTO - RUA DE SANTA CATARINA 84, TEL. 222 001 606
PORTO - PALÁCIO DAS CARDOSAS, PRAÇA DA LIBERDADE 19, TEL. 220 146 320

o presidente do Conselho Director da ASAP fica com a certeza de que este irá ser o porta-voz de todos os advogados.

De acordo com João Afonso Fialho, uma das certezas já obtidas é a de que o actual bastonário se propõe “alterar o regime fiscal desfavorável a que as sociedades de advogados estão sujeitas”. Outra, a de que pretende avançar com a regulação da relação profissional entre as firmas de advocacia e os advogados seus associados. Aliás, o presidente da ASAP sublinha que, relativamente a este último ponto, e face à falta de legislação, “existiu a preocupação de incluir no Código de Conduta da própria associação, aprovado pela grande maioria das associadas, normas sobre o relacionamento das sociedades com os associados”.

“Temos a certeza de que a maioria das sociedades se sentirá mais confortável com a existência do código de conduta da ASAP. Não é uma lei, mas ajuda a que o relacionamento profissional obedeça a determinados critérios”, enfatiza, não deixando contudo de frisar a necessidade de uma intervenção legislativa nesta matéria: “É óbvio que as sociedades de advogados preferem a segurança de um regime jurídico claro, de modo que seria preferível a sua existência, até para tornar possível uma maior dignificação da profissão”.

É aliás neste sentido que vai outra das ideias da ASAP para a relação de abertura e diálogo que este sector da advocacia pretende manter com Guilherme Figueiredo. É uma ideia que passa por levar as próprias sociedades de advogados a poderem colaborar com a Ordem na área da formação. Neste sentido, João Afonso Fialho lembra que há inclusivamente em algumas firmas de advocacia formadores devidamente certificados, pelo que existe abertura para que estes saberes possam chegar a outros pares profissionais.

“É ÓBVIO QUE AS SOCIEDADES DE ADVOGADOS PREFEREM A SEGURANÇA DE UM REGIME JURÍDICO CLARO, DE MODO QUE SERIA PREFERÍVEL A SUA EXISTÊNCIA, ATÉ PARA TORNAR POSSÍVEL UMA MAIOR DIGNIFICAÇÃO DA PROFISSÃO.”

REGIME FISCAL, CONCORRÊNCIA E MULTIDISCIPLINARIEDADE

Em reunião recente do Conselho Estratégico da ASAP, que integra, além dos membros do Conselho Director, um conjunto de advogados que são convidados para reflectir sobre os diferentes temas que mexem com este sector de actividade, foi aprovado um conjunto de propostas para colocar sobre a mesa, no diálogo a desenvolver com o bastonário Guilherme Figueiredo. Estão em causa questões como o já referido regime fiscal, a concorrência ou a multidisciplinarietà, revela o nosso interlocutor.

“É importante que se defina quem podem ser os titulares do capital social das sociedades. Se deve ou não existir a possibilidade de admissão de sócios de outras profissões. Por exemplo, uma sociedade de advogados especializada em urbanismo e reabilitação urbana, poderá querer contar com especialistas em engenharia ou arquitectura”, observa João Afonso Fialho, a pretexto da multidisciplinarietà das firmas de advocacia, tema fracturante no sector, e que por isso mesmo necessita de clarificação.

Alias, tal como sucede com a temática da concorrência - quanto ao regime fiscal - entre as sociedades de advogados e entre estas e as empresas de consultoria e auditoria que desenvolvem a sua actividade no nosso país. Desde logo, observa o presidente da ASAP, “não se compreende” que as sociedades de matriz portuguesa sejam tratadas de forma distinta face às sucursais de sociedades de advogados estrangeiras, já que apenas as primeiras estão obrigadas ao chamado regime de transparência fiscal.

“Não faz sentido que uma sucursal de uma sociedade de advogados estrangeira possa beneficiar de um regime fiscal mais favorável do que as sociedades de matriz portuguesa. Assim como também não é compreensível que exista um regime que permita às auditoras tirarem vantagem face às sociedades de advogados”, explica João Afonso Fialho.

FEDERAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES JÁ PODE AVANÇAR

Em fase final de mandato, João Afonso Fialho admite que alguns dos objectivos do actual conselho director por si presidido ficaram por concretizar. O facto de a ASAP funcionar sem uma estrutura profissional própria - o seu funcionamento está dependente do apoio de profissionais das organizações societárias

“NÃO FAZ SENTIDO QUE UMA SUCURSAL DE UMA SOCIEDADE DE ADVOGADOS ESTRANGEIRA POSSA BENEFICIAR DE UM REGIME FISCAL MAIS FAVORÁVEL DO QUE AS SOCIEDADES DE MATRIZ PORTUGUESA. ASSIM COMO TAMBÉM NÃO É COMPREENSÍVEL QUE EXISTA UM REGIME QUE PERMITA ÀS AUDITORAS TIRAREM VANTAGEM FACE ÀS SOCIEDADES DE ADVOGADOS.”

a que os dirigentes estão ligados - acaba por criar dificuldades de vária ordem no que diz respeito à actividade desenvolvida pela associação. Algo a que não é estranho, tal como frisa o nosso interlocutor, ao facto de a ASAP viver “quase em exclusivo das quotizações das suas associadas”.

Um dos projectos que, para já, fica em “stand by” é o da criação de uma entidade para dirimir litígios que envolvam firmas de advocacia. Um centro de mediação e arbitragem focado apenas na resolução de conflitos entre sociedades de advogados, entre sociedades de advogados e sócios e entre os sócios de sociedades de advogados.

Muitos destes diferendos, tal como evidencia João Afonso Fialho, são de difícil resolução e não há interesse nem das sociedades nem dos seus sócios discutir estes temas nos tribunais judiciais, daí a necessidade da existência de um fórum especializado onde esses conflitos possam ser dirimidos. O centro de arbitragem e mediação não avançou, mas o trabalho preparatório fica feito.

“Toda a regulamentação deste centro de arbitragem foi desenvolvida. O projecto não avançou apenas por razões de ordem logística. Isto é, devido à impossibilidade de profissionalizar a associação e de criar os meios que pudessem assegurar o reconhecimento de avançar com um projecto credível neste âmbito”, explica João Afonso Fialho. ...



CATOLICA
FACULDADE DE DIREITO
ESCOLA DE LISBOA



CATOLICA
GLOBAL
SCHOOL OF
LAW

LL.M. INTERNATIONAL BUSINESS LAW

ADVANCED
MASTER OF LAWS

*Aposte numa carreira
sem fronteiras*

- LL.M. especializado para quem procura uma carreira no Direito Internacional dos negócios
- Programa avançado, intenso e exigente
- Abordagem inovadora ao Direito transnacional, Anglo-Americano e Europeu
- Corpo docente: académicos e profissionais de topo a nível global
- Pelo 7º ano consecutivo entre os mais inovadores do mundo (Financial Times)

CATÓLICA
GLOBAL SCHOOL
OF LAW

CUTTING EDGE
LEGAL EDUCATION

FT
INNOVATIVE
LAW SCHOOL

www.catolicalaw.fd.lisboa.ucp.pt

catolica.law@ucp.pt

PARCEIROS





“NÃO QUERÍAMOS QUE A FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE SOCIEDADES DE ADVOGADOS DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA FOSSE APENAS UMA FEDERAÇÃO LUSO-BRASILEIRA. [ERA PRECISO ESPERAR QUE ANGOLA APROVASSE REGULAMENTAÇÃO PARA O SECTOR].”

Outro dos projectos que ficou por implementar foi o que visava a criação de uma confederação de associações de sociedades de advogados dos países onde o português é a língua oficial. O presidente da ASAP lembra que “quando o actual conselho director tomou posse, havia a expectativa de que fosse possível a adopção de forma célere de legislação que regulasse a actividades das sociedades de advogados nos países africanos de expressão lusófona”. Se é verdade que em Moçambique o quadro jurídico já tem algum tempo, Angola tem essa regulamentação apenas desde o final do ano passado.

“Não quisemos avançar antes que a regulamentação existisse naqueles países, apesar de tal ser possível se nos cingíssemos a Portugal e

ao Brasil. A questão é que não queríamos que a federação das associações de sociedades de advogados de países de língua portuguesa fosse apenas uma federação luso-brasileira. Em todo o caso, fica já feito o trabalho preparatório que permitirá criar essa federação”, justifica João Afonso Fialho.

Em jeito de balanço final, o ainda presidente da ASAP acredita que, não obstante as dificuldades na execução de alguns dos objectivos, há obra feita: “Apesar dos constrangimentos, considero que deixamos não só ideias, como conseguimos que passasse a haver uma maior intervenção das sociedades na vida da associação. Conseguimos cativar mais sociedades a participarem nas actividades por nós desenvolvidas, o que é positivo”.

CONJUNTURA INSTÁVEL, MAS HÁ BOAS EXPECTATIVAS

A conjuntura internacional instável, por força da incerteza em torno das decisões da nova administração norte-americana, do “Brexit” ou dos resultados das eleições que vão realizar-se em alguns países determinantes da União Europeia, como França, Alemanha, Holanda ou Itália, vai marcar em muito a evolução da economia internacional. Este contexto será fulcral para o bem e para o mal no nosso país e, claro, porque as sociedades de advogados não vivem num mundo à parte, para o sector da advocacia mais ligado à prestação de serviços jurídicos

“O ano de 2017 é um ano de absoluta incerteza. Tal não resulta apenas daquilo que são as

implicações das políticas seguidas pelo novo presidente dos Estados Unidos da América, que têm naturalmente um enorme impacto a nível mundial e que terão um impacto dramático a nível económico. Na realidade, acresce a este aspecto o facto de a Europa estar também um bocado à deriva”, observa João Afonso Fialho. Ainda assim, o presidente da ASAP tem a expectativa de que, face ao que se passa depois de Donald Trump ter assumido o poder, “que possa existir uma certa galvanização em torno das causas europeias”.

E que reflexos terá a conjuntura internacional no nosso país? O nosso interlocutor responde: “Já relativamente a Portugal, e isto já foi dito milhões de vezes, temos uma economia periférica, aberta e naturalmente à mercê do que possa acontecer à economia mundial. Estou ainda assim confiante de que a tímida recuperação económica no país possa continuar”.

Mas, como é natural, “o sector das sociedades de advogados não deixará naturalmente de sofrer os impactos do que de positivo e negativo possa acontecer ao nível da economia”, sublinha João Afonso Fialho, recordando depois que o sector “sofreu muito” com a crise dos últimos anos.

Em todo o caso, o presidente da ASAP conclui o seu raciocínio deixando uma ideia positiva: “Futurologia não faço, mas espero que no final as nuvens que têm pairado sobre o país se dissipem e que possa vir daí mais sol para a economia”. ■

“EM PORTUGAL, E ISTO JÁ FOI DITO MILHÕES DE VEZES, TEMOS UMA ECONOMIA PERIFÉRICA, ABERTA E NATURALMENTE À MERCÊ DO QUE POSSA ACONTECER À ECONOMIA MUNDIAL. ESTOU AINDA ASSIM CONFIANTE DE QUE A TÍMIDA RECUPERAÇÃO ECONÓMICA NO PAÍS POSSA CONTINUAR”

ALMEDINA*mais* é um projeto de formação jurídica, especializada e diferenciada, que assenta na colaboração com especialistas nas várias áreas do direito.

Promovemos a partilha e proximidade à fonte do CONHECIMENTO, privilegiando a PRÁTICA, num ambiente de trabalho conjunto.

FORMAÇÃO INTEREMPRESAS E INTRAEMPRESAS
ALGUMAS ÁREAS DO DIREITO QUE TRABALHAMOS
PARA DAR RESPOSTA ÀS SUAS NECESSIDADES

- Administrativo ▪ Processual ▪ Civil ▪ Trabalho ▪ Fiscal ▪ Seguros
- Financeiro ▪ Consumo ▪ Desporto ▪ Aduaneiro ▪ Rodoviário

almedinamais@grupoalmedina.net | T. 916 284 666 | www.almedina.net/mais

Proteção de Dados Pessoais no Âmbito dos Recursos Humanos

Por: Ana Fazendeiro

Lisboa | 24 de fevereiro de 2017

Depositários: Impacto da AIFMD e UCITS V – Desafios e Oportunidades

Por: Tiago dos Santos Matias

Lisboa | 03 de março de 2017

A Tributação do Comércio Internacional. Introdução ao Direito Aduaneiro.

Por: Nuno Victorino

Lisboa | 10 de março de 2017

ALMEDINA*mais*

PODER DA FORMAÇÃO INTELIGENTE

GRUPOALMEDINA

MERCADO EM 2017

INCERTEZAS QUANTO A TRUMP E “BREXIT” PREOCUPAM SECTOR DOS SERVIÇOS JURÍDICOS



■ Os olhos estão postos lá fora, com alguma preocupação, e por cá, com alguma apreensão. No plano externo, a forma como Donald Trump guiará os Estados Unidos da América no campo económico e ao nível das relações externas, mas também o modo como evoluirá o processo de saída do Reino Unido da União Europeia, são aspectos que vão pesar na forma como o mundo dos negócios vai evoluir ao longo do ano e, por consequência, naquela que será a actividade dos prestadores de serviços jurídicos às empresas. No plano interno, a estabilização do sistema financeiro Português e a expectativa de que o investimento privado ganhe ânimo e que a nível público regresse, são questões determinantes para a economia e, claro, para o sector da advocacia.

Num contexto carregado de dúvidas, há contudo uma expectativa positiva no sector da chamada advocacia de negócios, de onde

parte a ideia de que o perfil dos serviços jurídicos solicitados em 2017 se centre na assessoria ao investimento privado e público, no sector imobiliário, no turismo, mas também em áreas como a das fusões e as aquisições.

Numa auscultação a um conjunto alargado de players do mercado da chamada advocacia de negócios, foi possível recolher um entendimento generalizado de que 2017 anuncia, a nível internacional, um contexto de instabilidade, muito em resultado de dois acontecimentos que marcaram o ano passado: a eleição de Donald Trump para Presidente dos Estados Unidos e a votação dos eleitores britânicos no referendo que permitiu a vitória do “sim” à saída do Reino Unido da União Europeia.

Outro aspecto importante, este é também um ano de eleições na Alemanha, em França e na

Holanda, onde os partidos anti-europeístas, particularmente nos dois últimos países têm ganho adeptos e valores expressivos nas sondagens, o que faz crescer o factor de incerteza. Acresce a esta realidade a incapacidade de resposta para um problema que exige resolução urgente, a crise dos refugiados, mas também o espectro de eventuais incidentes associados a acções terroristas, que podem influenciar de forma dramática qualquer tendência de crescimento económico que possa estar a desenhar-se.

PROMOVER A ESTABILIDADE POLÍTICA E LEGISLATIVA

A situação conturbada a nível internacional é naturalmente um risco, mas há também quem aqui veja oportunidades que Portugal pode aproveitar. Acreditam alguns actores do mercado da advocacia vocacionada para dar apoio jurídico às empresas que, se soubermos ...



CATÓLICA
FACULDADE
DE DIREITO

ESCOLA DE LISBOA

OPEN DAY | 17.05.2017

10:30h - 14:30h

inscrição online obrigatória
www.fd.lisboa.ucp.pt/posgrad

CONTACTOS

mestradosdireito@fd.lisboa.ucp.pt
Telefone 217 214 174

2017-2018

MESTRADO EM DIREITO

FORENSE

Parceiros CMS Rui Pena & Arnaut | Garrigues | KPMG | Linklaters | PLMJ
| Sérvulo | Uría Menéndez - Proença de Carvalho | Vieira de Almeida | VdAcademia

CATÓLICA
GOV

ADMINISTRATIVO

Parceiro Sérvulo



CATÓLICA
FACULDADE DE DIREITO
ESCOLA DE LISBOA



CATÓLICA
LISBON
SCHOOL OF BUSINESS & ECONOMICS



FT FINANCIAL
TIMES



Accredited by
Association
of MBAs



EFMD
EQUIS
ACCREDITED

DIREITO & GESTÃO

Parceiros CMS Rui Pena & Arnaut | Garrigues | KPMG | Uría Menéndez - Proença de Carvalho

EMPRESARIAL

Parceiro Vieira de Almeida | VdAcademia

CATÓLICA
TAX

FISCAL

Parceiro PLMJ

Os programas de LL.M. da Católica Global School of Law estão entre os melhores e mais inovadores do mundo: *Financial Times, Innovative Law Schools Report.*



FT FINANCIAL
TIMES

simplificar os procedimentos e promover a estabilidade política e legislativa, teremos todas as condições para atrair mais investimento, gerar mais emprego e criar uma economia mais dinâmica. Contudo, até aqui há ainda alguma incerteza, já que, para alguns dos advogados que responderam às perguntas do Negócios, persistem alguns sinais contraditórios sobre o caminho que vai ser efetivamente percorrido pelos poderes públicos.

Estabilidade é uma palavra várias vezes repetida, tanto mais que a prestação de serviços jurídicos é necessariamente condicionada pela situação da economia e pelos seus ciclos económicos. Daí que os responsáveis de sociedades de advogados inquiridos peçam estabilidade legislativa, sobretudo fiscal, uma vez que, defendem também, um dos maiores inimigos da nossa economia é a mexida sistemática nas leis, o que pode afastar quem não gosta da mudança de regras a meio do jogo. Leia-se, quando os processos de investimento já estão em fase de execução.

ESTABILIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO

A estabilização do sistema financeiro Português, assumindo que se concretizará, será também um factor essencial para assegurar o financiamento da economia e permitir o seu crescimento, adiantam outros dos players que

foram solicitados a pronunciar-se. O processo associado à venda do Novo Banco, a solução para o crédito bancário malparado e os processos de capitalização e definição accionista em outros bancos do sistema são situações que geram necessariamente a solicitação de serviços jurídicos. São processos que, por outro lado, também tenderão a gerar um incremento da litigiosidade e dos consequentes processos de contencioso.

É ainda preciso, contudo, levar em linha de conta alguns aspectos nada positivos, como o excessivo endividamento das empresas portuguesas, mas também o possível efeito de contágio de problemas em instituições financeiras de outros países da União Europeia. Isto, além de outros riscos que poderão influenciar a evolução da nossa economia, como o peso da dívida pública e a reacção dos mercados face à anunciada desaceleração do apoio proporcionado pelo Banco Central Europeu.

O factor externo volta, aqui, a ser fundamental. Ou seja, se a conjuntura externa não prejudicar o clima progressivamente mais favorável a nível interno, Portugal registará também um significativo crescimento do mercado dos serviços jurídicos, em linha com um maior desenvolvimento económico. Contudo, se o país e a sua economia sofram efeitos de uma crise interna ou externa, o mercado da prestação de

serviços jurídicos tenderá a sofrer dos mesmos fenómenos que caracterizaram a sua evolução por efeito da última crise.

RETOMA DO INVESTIMENTO PÚBLICO

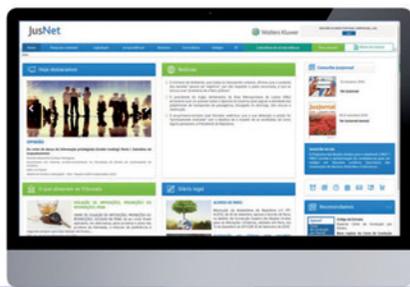
Aspectos como este poderão pesar igualmente na forma como irá ser feita a retoma do investimento apoiado pelo Estado, muito apoiado pelos fundos estruturais europeus. A aposta na ferrovia, na reabilitação urbana, no novo terminal de contentores do Barreiro, entre outros, promete igualmente dar dinâmica ao trabalho dos advogados de Direito Público.

Neste contexto carregado de dúvidas, a expectativa é de que o perfil dos serviços jurídicos que serão solicitados pelos clientes das sociedades de advogados no mercado português se centre na assessoria ao investimento privado e público, no sector imobiliário, no turismo, mas também em áreas como a das fusões e as aquisições e, como referido, por força da situação em que se encontra o sistema bancário português, na recuperação de activos financeiros e no contencioso.

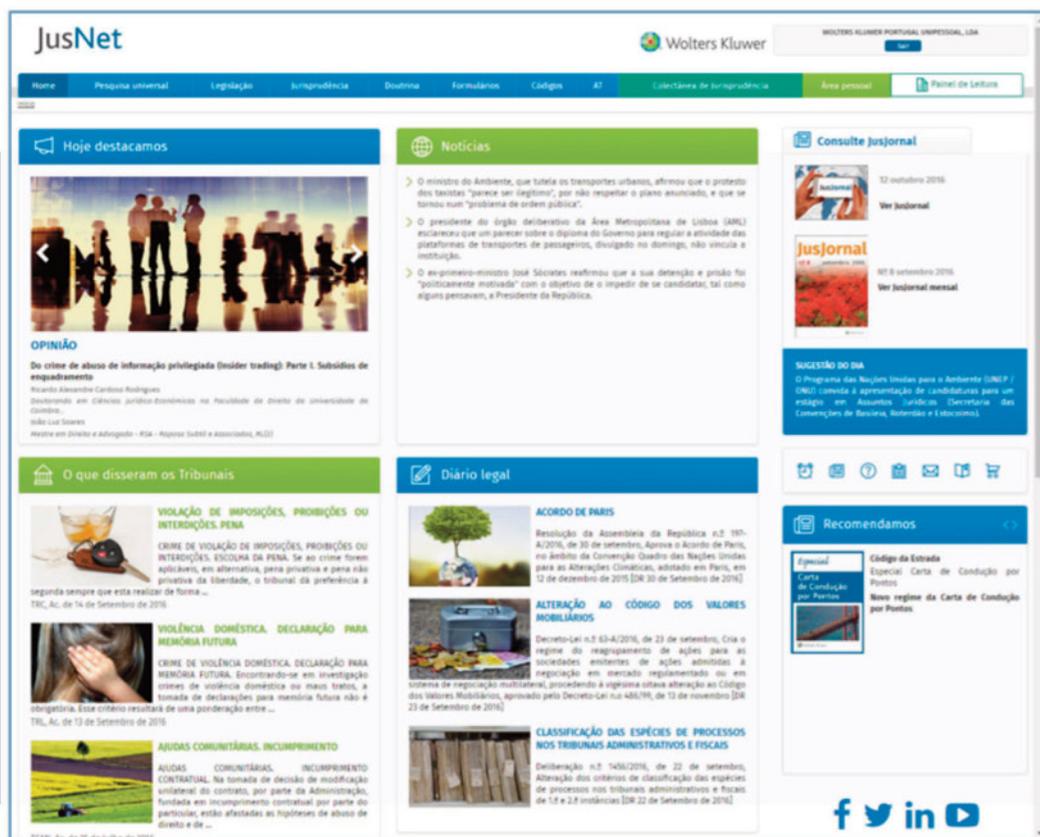
Claro está que, deste ponto de vista, apoiar novos investidores a entrar no mercado português, mas também a assessorar os empresários portugueses nas suas novas parcerias e projectos de expansão, são apostas que os principais players do sector pretendem levar a cabo. ■



Com JusNet



- ✓ Toda a informação jurídica que necessita
- ✓ Com atualização diária
- ✓ 3.900.000 links entre todo o tipo de documentos
- ✓ Legislação desde 1886
- ✓ Jurisprudência desde 1932
- ✓ Formulários e artigos jurídicos de autores prestigiados



Mais EFICIÊNCIA Menos CUSTOS

- **Custo-benefício:**
Desde **0,25 €** é quanto custa, no mínimo, a **sua segurança, por dia.**
- **Tarefas desempenhadas em menos tempo.**

Mais EFICÁCIA Mais RESULTADOS

- **Resolução de processos e consultas** com soluções certas e seguras.
- **Utilização produtiva dos recursos:** Toda a informação atualizada numa única plataforma.

Mais IMPACTO Maior SATISFAÇÃO

para os seus clientes.

www.jusnet.pt

UM VIRAR DE PÁGINA COM GUILHERME FIGUEIREDO?



■ As buscas judiciais a escritórios de advogados, a criação de um fórum institucional que permita avançar para um pacto de Justiça, a actual situação da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores (CPAS) e os elevados valores das custas judiciais são questões de eleição para Guilherme Figueiredo. Foram aliás esses os temas que escolheu para dar o tom à sua tomada de posse e para dar a conhecer as áreas a que pretende dar prioridade. Para o mandato que se vai estender pelos próximos três anos, promete diálogo e afiança que será um bastonário de todos os advogados.

Na defesa de uma diminuição acentuada dos montantes das custas judiciais de quem recorre aos tribunais, Guilherme Figueiredo argumentou no seu discurso de tomada de posse que o facto de estas atingirem “valores insuportáveis para os cidadãos faz com que conduzam a uma maior desconfiança no sistema da Justiça”.

Uma Justiça para a qual não enjeita um pacto, muito embora prefira falar em diálogo e debate de posições no seio de um fórum institucional. Neste organismo, segundo defendeu, deveriam marcar presença a ministra da tutela, os presidentes dos supremos tribunais, a procuradora-geral da República, o bastonário

da Ordem dos Advogados, dirigentes dos partidos políticos com representação parlamentar, responsáveis das associações sindicais de magistrados e funcionários judiciais, assim como o presidente do Conselho Económico e Social.

Já sobre o tema das buscas a escritórios de advogados, Guilherme Figueiredo assumiu uma atitude particularmente crítica, considerando que as mesmas põem em causa a relação de confiança que os causídicos estabelecem com os clientes e atingem princípios básicos da advocacia. Nesse sentido, exigiu uma maior “fundamentação para fazer do advogado um arguido”. Uma vez que, em sua opinião, esta prática da investigação tem como propósito tornar mais fáceis as buscas aos escritórios.

Por fim, relativamente à Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores, anunciou a convocação de uma reunião com todos os bastonários para que todos possam assumir a discussão sobre qual o futuro pretendido para esta instituição.

E AS SOCIEDADES DE ADVOGADOS?

Os temas escolhidos pelo bastonário para o seu discurso de tomada de posse são transversais à advocacia. Mas há ideias já conhecidas

de Guilherme Figueiredo e que prometem, uma vez mais, animar o debate. Uma delas envolve directamente as sociedades de advogados e prende-se da defesa de um quadro jurídico regulador da relação entre associados e firmas de advocacia.

A proposta do novo bastonário é que volte a estar sobre a mesa o projecto de regulação que chegou a ser discutido durante o período de liderança de António Marinho e Pinto, mas que acabou por ficar na gaveta. Guilherme Figueiredo quer tirá-lo de lá e dialogar com as sociedades de advogados, de acordo com informação avançada em entrevista ao Jornal de Negócios ainda antes de ser eleito.

Segundo afirma João Afonso Fialho, presidente da Associação das Sociedades de Advogados de Portugal (ASAP), nesta edição do In-Lex, “estamos perante uma mudança de página, e o mais importante é aquilo que o actual bastonário da Ordem dos Advogados se propõe fazer”.

Do diálogo já mantido e das declarações públicas de Guilherme Figueiredo, o presidente do Conselho Director da ASAP fica com a certeza de que este irá ser o porta-voz de todos os advogados. ■

A complexidade dos litígios requer experiência e especialização

Dispute Advisory Services

Quando surge um litígio, é importante reunir rapidamente a informação sobre os factos relevantes, isolar e compreender os principais temas a nível financeiro e de negócio, bem como identificar as respectivas implicações económicas. O conhecimento apropriado dos temas em causa permite a tomada de decisões de forma suportada, traduzindo-se num requisito fundamental para o sucesso nos litígios.

Os nossos serviços de *Dispute Advisory* cobrem as áreas de contabilidade, economia, quantificação de prejuízos e avaliações financeiras, bem como de *e-discovery*. As nossas análises objectivas e capacidade de processamento de elevadas quantidades de dados, contribuem para a resolução de litígios em Tribunais Cíveis ou Arbitrais. Actuamos como consultores, peritos independentes e árbitros, podendo também assessorar as partes em processos de mediação e negociação. Os nossos profissionais detêm uma vasta experiência enquanto peritos independentes e árbitros, e lidam com algumas das maiores e mais complexas disputas a nível mundial.

Através da nossa rede de firmas membro, a área de *Forensic* da KPMG está empenhada em fornecer aos clientes, de uma forma consistente, as competências certas no momento certo, independentemente do lugar no mundo onde desenvolvem os seus negócios. Esta é uma importante vantagem atendendo aos cada vez mais complexos litígios que podem envolver entidades e tribunais de diferentes geografias.

Saiba mais em www.kpmg.pt ou contacte-nos através de ptforensic@kpmg.com

kpmg.pt

